

## REDEFINIÇÕES NOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS RURAIS

Valmir Luiz Stropasolas

### RESUMO

Constatamos que em estudos e projetos institucionais relativos à família brasileira, a atenção tem se voltado sobretudo às questões e problemáticas que afetam as mulheres e os jovens, verificando-se, ainda, a invisibilidade das crianças rurais. Isso configura uma lacuna no campo das ciências sociais dedicadas aos estudos rurais na abordagem da condição social da infância e das mudanças nos processos de socialização desse segmento no cenário da agricultura familiar. Este artigo tem como objetivo analisar as redefinições emergentes nos processos de socialização das crianças rurais, a partir de uma pesquisa qualitativa realizada recentemente pelo autor em comunidades rurais de Santa Catarina, no Sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Crianças rurais, socialização, sucessão geracional, agricultura familiar.

## CHANGES IN THE SOCIALIZATION PROCESS OF RURAL CHILDREN

### ABSTRACT

We found that in the studies and institutional projects regarding the Brazilian Family the attention has been focused primarily on the issues and problems affecting women and young people, however and rural children are still almost invisible. There is a gap in the rural social sciences field in addressing the social conditions of childhood and the changes in the socialization process of this segment in the family farming scenario. This article aims to analyze the emerging redefinitions in the rural children's socialization process from a qualitative research recently conducted by the author in rural communities of Santa Catarina, located in southern Brazil.

**Key words:** Rural children, socialization, generational succession, family farming.

---

Valmir Luiz Stropasolas. Professor Adjunto UFSC, Mestre em Sociologia Rural/UFSC, Doutor em Ciências Humanas/UFSC, Pós-Doutorado em Sociologia da Infância/Universidade do Minho/Portugal. E-mail: valmir@cca.ufsc.br

---

## INTRODUÇÃO

Ao se analisar concepções teóricas e proposições de políticas, projetos e iniciativas orientados ao desenvolvimento rural de Santa Catarina e ao fortalecimento da agricultura familiar, especificamente, constatamos que há uma ênfase em se afirmar que, diante de um cenário de empobrecimento de grupos sociais rurais, de migração de jovens e de envelhecimento e masculinização da população que permanece nas comunidades rurais, é fundamental se investir nos jovens rurais como público estratégico das ações de desenvolvimento, visando sustar a sua saída para os centros urbanos e inseri-los nas políticas e ações governamentais. Algumas experiências no Setor Público Agrícola e iniciativas de movimentos sociais, entidades representativas sindicais e determinadas ONGs, intencionam inserir jovens rurais nas suas ações presentes ou futuras. É importante registrar, no entanto, que o público visado se concentra fundamentalmente na faixa etária de 18 a 25 anos, que é o segmento de idade e grupo social escolhido pelas instituições oficiais para qualificar e delimitar a categoria juventude rural. Todavia, ainda persiste a migração seletiva de jovens e, sobretudo, esse público ainda não tem sido incluído satisfatoriamente nas políticas e programas, nem acessado suficientemente os recursos disponibilizados pelas instituições. Por outro lado, constatamos uma lacuna essencial nesse processo: a invisibilidade das crianças rurais e a precária e insuficiente abordagem da infância rural na literatura e nas iniciativas das instituições que atuam nas comunidades rurais.

Ou seja, estamos diante de uma instigante e complexa problemática social: se a juventude, por um lado, passa a ser o público estratégico para o desenvolvimento rural, por

outro, diminui drasticamente nas comunidades rurais o número de indivíduos que poderia assumir este papel, pois, ao alcançarem esta faixa etária, os jovens e, sobretudo, as moças, vem recusando assumir a sua condição social no meio rural, migrando para as cidades em busca de uma profissão alternativa à de agricultor(a). Quanto às crianças, filhos e filhas de agricultores familiares, potencialmente se constituem na geração que vivencia, também, os problemas estruturais que afetam a condição social e econômica da suas famílias nas localidades em que residem, ao mesmo tempo que na sua trajetória individual, familiar e social rural (potencialmente) poderiam liderar os novos desafios demandados ao campo pela sociedade para o desenvolvimento rural sustentável. Contudo, o que se conhece deste público? Em que sentido está se orientando a sua formação e socialização, para ficar ou sair das comunidades rurais? Estas e outras questões de natureza multidimensional, que são objeto de uma pesquisa realizada e concluída em 2010 pelo autor, com recursos do CNPq, em determinadas regiões de SC, relativizam e colocam em xeque determinadas proposições de desenvolvimento rural que elaboram ideias equivocadas da natureza essencialmente econômica dos interesses das famílias rurais ou que concebem as crianças como seres passivos e subsumidos em instituições como a família, a comunidade e a escola.

Embora a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as motivações dos indivíduos não se restringem apenas às necessidades de desejo-satisfação material (POLANYI, 1980). A migração de jovens ilustra esse processo e as explicações devem levar em consideração outras dimensões da vida desse público, entre as quais as suas novas necessidades e demandas, além das redefinições

em curso nos processos de socialização e nos ambientes culturais que se inserem os jovens e as crianças, e nos espaços sociais rurais e urbanos das pequenas localidades, em que as crianças vêm se constituindo como sujeitos e atores sociais ativos (SIROTA, 2001; MONTANDON, 2001; SARMENTO, 2006).

Nesse sentido, entendemos que a infância e, sobretudo, as crianças que residem nas comunidades rurais, não podem mais ser pensadas como outrora. Ao se abordar esta categoria como ator social, procuramos fazer um contraponto às tradicionais imagens da infância reproduzidas pelas instituições oficiais, que concebem as crianças como seres passivos e dependentes dos adultos para a sua socialização e inserção na sociedade. É fundamental analisar as modificações em curso nas pequenas localidades rurais – nas dimensões sociais e culturais, demográficas, econômicas, etc - e de que modo estas redefinições afetam a infância.

Parte-se da hipótese de que a compreensão da origem dos problemas que afetam os jovens rurais deve ser buscada ainda na infância, em que se concebem, formam e se reproduzem os conceitos, os valores, as escolhas, as possibilidades e as oportunidades que moldam e marcam indelevelmente a trajetória social da juventude. Nesse sentido, não conteremos a erosão social e a migração juvenil se não incluirmos na análise, nas pesquisas e nas políticas as crianças e, particularmente, as representações construídas em torno da infância. Ao focalizar o objeto de nossa pesquisa neste público, adentramos num terreno fértil e revelador das mudanças em curso nas comunidades rurais, pois as crianças se constituem em sujeitos e atores sociais ativos na sociedade, em portas de en-

trada para a compreensão dos processos sociais mais abrangentes. Este artigo tem como objetivo levantar algumas reflexões em torno dos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais, implicados na condição social da infância e nos significados de ser criança na agricultura familiar.

## 1. A ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

As pesquisas com crianças e os estudos orientados para a infância, de modo geral, não têm reconhecido suficientemente as crianças como sujeitos, como também pouco tem valorizado a voz das crianças, subestimando a sua capacidade de elaborar e dar sentido às suas práticas, às representações que formulam em torno dos contextos em que vivem. Esse processo é permeado de heterogeneidade e singularidades. Segundo Sarmento e Pinto (1997, p. 20-22), a interpretação das culturas infantis, em síntese, não pode ser realizada no vazio social e necessita se sustentar nas análises das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem. Ou seja, ainda se verifica lacunas importantes na compreensão das maneiras em que as crianças interagem social e culturalmente no cotidiano dos espaços sociais, sobretudo nas comunidades rurais. A negligência metodológica acaba reproduzindo a exclusão da fala e das próprias crianças na construção dos pressupostos e objetivos das investigações.

No que se refere especificamente à Sociologia Rural, Martins (1993) colocou em questão o paradigma até então dominante na Sociologia de privilegiar nas análises os atores sociais comumente presentes nos circuitos con-

vencionais das instituições oficiais, nos projetos e nas pesquisas, que têm o domínio dos discursos sobre os fenômenos sociais, enfim, que são os interlocutores dos acontecimentos nos espaços sociais, sobretudo rurais. Ele foi um dos primeiros pesquisadores a utilizar entrevistas gravadas com esse público, além de valorizar os depoimentos escritos pelas próprias crianças. Cabe salientar que o autor realizou seus estudos com filhos (as) de colonos do Mato Grosso e posseiros do Maranhão, enfatizando, de forma precursora, a importância de se dar voz às crianças nas pesquisas. Quando se refere à metodologia adotada na sua investigação, o autor nos diz “falo da fala das crianças, que por meio delas me falam (e nos falam) do que é ser criança (e adulto)”. (cf. MARTINS, 1993, 51-80).

Na perspectiva de investigação proposta por Corsaro (1997, 2003), pautada na noção de reprodução interpretativa, busca-se “penetrar” no mundo das crianças visando compreender os significados das práticas e das culturas infantis a partir da sua própria perspectiva. Para isso, sugere abandonar o ponto de vista adulto, o que nem sempre é tão fácil de ser realizado, exigindo um certo distanciamento, no qual, necessariamente, o pesquisador precisa se despir de preconceitos, o que não implica neutralidade. Todavia, ressaltam Delgado & Muller (2005, p. 161-179), para entrar no mundo das crianças e nas suas culturas de pares, é necessário ser aceito. Lembram que, ao contrário do que fazíamos em pesquisas em outros tempos, hoje discutimos a dimensão ética, o que garante à criança o direito de consentir, ou não, participar da pesquisa. Enfim, fazer pesquisa com as crianças exige uma postura diferente do/a pesquisador/a, para que possa interpretar como a criança interpreta o mundo. A

utilização do vídeo, do cinema ou mesmo da literatura - como recursos e ferramentas metodológicas complementares - vem adquirindo um espaço importante na abordagem desse público, como forma de se abordar as maneiras singulares como as crianças vêem, interpretam e representam a realidade social em que vivem e as suas relações intra e intergeracionais, seja no âmbito da família, da comunidade ou da escola.

A partir de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou-se um mapa social que ilustra as modificações demográficas havidas no meio rural das regiões Oeste e Serrana de Santa Catarina, selecionadas para a pesquisa por serem essencialmente rurais, mas com características diferenciadas e específicas. A sistematização dessas informações censitárias, através de uma série histórica com dados de 1970 a 2007, permitiu colocar em relevo a migração seletiva de jovens, bem como as tendências de envelhecimento, masculinização e diminuição no número de filhos nessas regiões. Foi realizado estudos de caso nos municípios/localidades de Lacerdópolis e Cerro Negro, pertencentes às regiões Oeste e Serrana catarinense, respectivamente, através da aplicação de um questionário semi-estruturado e, de forma complementar, aplicou-se uma dinâmica qualitativa nos municípios de Coronel Martins (Oeste) e Celso Ramos (Serrana) visando aprofundar temáticas específicas do cotidiano das crianças.

O eixo metodológico do projeto de pesquisa foi orientado para a análise das condições sociais da infância nas comunidades rurais, como forma de compreender quem são e como vivem atualmente as crianças de origem rural. Para isso, aplicou-se uma triangulação de métodos (MINAYO, 2005), envolvendo um ques-

tionário semiestruturado com questões fechadas e abertas, entrevistas semi-estruturadas com pais das crianças, dinâmica de grupo, grupos de discussão e utilização de recursos da antropologia visual fundamentados no vídeo e na fotografia. No âmbito da pesquisa, foi produzido um vídeo-documentário e uma cartilha educativa, a serem utilizados por educadores e extensionistas das regiões envolvidas na pesquisa. O questionário abrangeu 72 crianças de escolas públicas estaduais e municipais, dos municípios de Cerro Negro e Lacerdópolis. Sendo que, dos entrevistados(as), 36 do sexo feminino e 36 do sexo masculino, abrangendo as faixas etárias de 5 a 9 anos, 10 a 12 anos e 13 a 14 anos de idade. Para cada faixa etária referida, foram aplicados 24 questionários (12 meninos e 12 meninas). De forma complementar, foram realizadas entrevistas com 10 pais das crianças participantes da pesquisa, além de entrevistas informais com diretoras e professoras das escolas. A pesquisa de campo foi efetivada no primeiro trimestre de 2010.

A amostra das crianças selecionadas para a aplicação do questionário e da dinâmica levou em consideração variáveis como idade, gênero e renda, objetivando distinguir e colocar em relevo as diferentes condições existentes no conjunto desta categoria social, bem como as diversas visões, expectativas, escolhas e oportunidades verificadas entre os diferentes estratos e, finalmente, os significados e a importância atribuída pelas crianças à família, à comunidade, à escola, ao trabalho, à agricultura, às brincadeiras, ao lazer e à cultura, à cidade, ao futuro e à permanência ou não nas suas localidades de origem.

## 2. NOÇÕES EM TORNO DOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Ao se fazer um levantamento das principais vertentes de pensamento integrantes do campo das ciências sociais voltadas às crianças, percebemos que o conjunto de transformações vinculadas à infância estão entre as mais importantes redefinições sociais e culturais ocorridas no final do século XX. Entre a série de modificações havidas, podemos citar as mudanças na abordagem dos estudos e pesquisas, nos valores e nas representações, no lugar ocupado e nos papéis atribuídos às crianças nas sociedades modernas, sobretudo ocidentais. Como salienta Belloni (2009), a criança passa a ser reconhecida como um valor em si, no presente, não mais como uma promessa para o futuro (da nação, da família). Mais precisamente,

Essa valorização inédita de um grupo social antes dominado e dependente provoca debates e polêmicas, exigindo uma reflexão nova e inovadora nas ciências sociais e na educação, no sentido de melhor compreender a infância hoje e as implicações dessas mudanças para os processos de socialização das novas gerações (BELLONI, 2009, p.7).

Embora as crianças se façam presente já há um longo tempo como uma categoria abordada de viés nas problemáticas de investigação das ciências sociais, apenas recentemente é elevada ao status de objeto sociológico, particularmente pelos estudos e pesquisas realizados pela Sociologia da Infância e com incremento importante a partir do início da década de 90. Porém, como se refere Sarmiento (2008), para além dos desafios teóricos suscitados no inte-

rior do campo sociológico, é a infância como problema social que mais fortemente tem pressionado o trabalho científico da Sociologia da Infância. Aqui, juntamente com o autor, podemos inserir um dos mais importantes paradoxos atuais: nunca, como hoje, as crianças foram objeto de tantos cuidados e atenções e nunca, como hoje, a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e sofrimento.

Importa destacar que esses indicadores não se restringem aos espaços urbanos da nossa sociedade contemporânea, sendo perceptíveis, em muitos casos, de forma até mais acentuada, nos espaços rurais de diversos países, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa; é, com efeito, a totalidade da realidade social o que ocupa a Sociologia da Infância. Como espelhos retrovisores (ampliados) da sociedade (rural), as crianças espelham, refletem e ilustram as suas mais profundas contradições, hierarquias e desigualdades de ordem social, econômica, política, cultural, histórica, etc. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente dessa disciplina.

Por outro lado, importa destacar que as crianças são percentualmente cada vez menos na sociedade contemporânea e, especificamente em determinados territórios rurais, e a significativa redução do número de crianças na sociedade, por comparação com outros grupos etários, torna particularmente sensível a sua presença/ausência, nos equilíbrios demográficos, nas relações de afeto e até na própria formação de rendimentos da família e na estabilidade do Estado-Providência (QVORTRUP,

1991). Que as crianças se tornem cada vez mais importantes à medida que são cada vez menos, esse é apenas um dos muitos paradoxos da infância (SARMENTO, 2008).

As redefinições da noção de infância estão também associadas às balizas etárias que definem a categoria geracional e que são variáveis no espaço-tempo. A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, de 1989, estabelece o limite da infância nos 18 anos e, assim como Sarmento e Pinto (1997), consideramos este marco referencial como o arbítrio mais consensual para a definição dos limites superiores da infância, sem prejuízo da consideração da existência de vários subgrupos etários, como categorias sociais (e não apenas psicológicas) no interior da infância. Contudo, para o contexto e para os objetivos da nossa pesquisa, e pela necessidade de se estabelecer um limite etário para os sujeitos da pesquisa, estabelecemos como estrato superior de idade do público pesquisado o limite de 14 anos.

Entendemos que o mais importante não é fixar limites concretos ao período da infância, mas, sobretudo, compreender os motivos que justificam a delimitação das idades na infância, como e por quem são construídos esses limites, em que contexto e sob quais condições sociais e culturais se formam as representações e as normas em torno das faixas de idade na infância. Particularmente, discernir como as próprias crianças percebem e interagem no processo de definição dos limites em que se é considerado criança na sociedade em que vivem. Como se referem Sarmento & Pinto (1997, p. 17), “ser criança” varia entre sociedades, culturas e comunidades, podendo variar inclusive entre as gerações de uma mesma família. Ou, nas palavras de Franklin (1995,p.7):



A infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância.

Para isso, é importante resgatar e “historicizar” o conceito de geração, sem perder de vista as dimensões estruturais e interacionais (SARMENTO, 2005). Para o autor, a infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. Ou seja, é continuamente atualizado na prática social, nas interações estabelecidas entre as crianças e entre estas e os adultos. Fazem parte do processo as variações demográficas, as relações econômicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e de adultos. Em decorrência desse processo, a geração da infância está num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe. Enfim, o conceito de geração não só nos permite distinguir o que separa e o que une, nos planos estrutural e simbólico, as crianças dos adultos, como as variações dinâmicas que, nas relações entre crianças e entre crianças e adultos, vai sendo historicamente produzido e elaborado.

A inserção dos indivíduos na sociedade, mais precisamente a sua socialização, é uma das principais preocupações de autores representativos das ciências sociais, particularmente Durkheim (1978) e Parsons & Bales (1955), além de outras versões e redefinições. Na concepção tradicional de Durkheim, a socialização durante a infância significa conceber crianças sendo socializadas por adultos e integradas passivamente na sociedade, através da incorporação de saberes, valores e normas sociais vigentes, por meio de indivíduos “já socializados”, com o objetivo de manter a coesão e a ordem social. Segundo alguns autores que criticam essas interpretações “conservadoras” e “funcionalistas” de socialização, as crianças não são consideradas como seres sociais plenos, na medida em que são percebidas como estando em vias de ser, a partir da ação de socialização da geração adulta e das instituições que as cercam.

Em decorrência, o conceito de socialização se constitui mais que uma construção interpretativa da condição social da infância, na medida em que se configura como o próprio fator da sua ocultação. Segundo Sarmento (2008, p. 20), se as crianças são o “ainda não”, o “em vias de ser”, não adquirem um estatuto ontológico social pleno – no sentido de que não são verdadeiros entes sociais completamente reconhecíveis em todas as suas características, interativos, racionais, dotados de vontade e com capacidade de opção entre valores distintos – nem se constituem como um objeto epistemologicamente válido, na medida em que são sempre a expressão de uma relação de transição, incompletude e dependência. Ou seja, é na condição de aluno ou na posição de desviância ou de anomia que a criança é estudada tradicionalmente pela sociologia – raras vezes a partir da consideração da sua condição

social e geracional. Assim, na perspectiva de J. Qvortup (1991), mais do que ignoradas, as crianças têm sido marginalizadas e “menorizadas” pelo discurso sociológico.

No campo sociológico centrado na infância, a revisão crítica do conceito de socialização tem como principais representantes: Sirota, 1994; Corsaro, 1997; Plaisance, 2004; Mollo-Bouvier, 2005. Particularmente na produção de língua francesa, assim como da inglesa, os trabalhos de Sirota (2001) e Montandon (2001) fazem uma releitura crítica do conceito de socialização e suas versões funcionalistas. Nesse processo de redefinição da categoria, as crianças passam a ser reconhecidas como atores no processo de socialização e não apenas como coadjuvantes passivos da socialização adulta. Ao se ampliar o foco de análise do processo de socialização, são inseridas as interações complexas que se estabelecem na comunicação de conhecimentos, valores e condutas sociais, sendo que as crianças passam a ser reconhecidas como tendo, também, um papel ativo nas relações existentes entre os agentes sociais. Nessa perspectiva de análise da categoria, são inseridas também variáveis como classe, gênero e etnia, as quais se associam a características interindividuais que “tornam o processo de transmissão e recepção dos saberes, normas e valores sociais muito mais complexo do que aquilo que a concepção tradicional de socialização propõe” (SARMENTO, 2008).

A concepção da socialização enquanto um processo pode ser verificada na obra de Norbert Elias, que resgata, em Simmel, o conceito de “processos de socialização”. Cabe salientar que, aqui, acentua-se os aspectos dinâmicos, flexíveis e mutáveis das relações e interações que se estabelecem na sociedade. Consideramos importante inserir, na análise, a socializa-

ção enquanto um processo, pois nos permite ampliar o foco de investigação e compreender as várias dimensões que interferem na sociabilidade das crianças, no caso pesquisado as de origem rural, que envolvem aspectos de ordem individual (vivências, práticas cotidianas, conhecimentos adquiridos, construção identitária, entre outros), bem como fatores vinculados às condições sociais e culturais em que vivem as crianças e suas famílias (relações e interações na família, na escola, na comunidade, com seus pares, etc), além de fatores implicados nas relações étnicas, de gênero e de classe. Nesse sentido, socializar-se implica necessariamente a existência de processos que são dinâmicos e em constante modificação, cujas dimensões integram fatores de ordem estrutural da sociedade, aliado a aspectos de natureza contextual e individual.

Os processos de socialização na infância no mundo rural apresentam algumas singularidades que necessitam ser levadas em consideração ao se abordar, nesta pesquisa, as condições sociais das crianças nas comunidades rurais. Entre as quais, cabe destacar inicialmente as interações intra e intergeracionais vivenciadas pelas crianças no âmbito comunitário em que residem, nos espaços de sociabilidade, nas atividades lúdicas e esportivas, nos eventos culturais, nas relações de interconhecimento, ajuda mútua e religiosidade que caracterizam singularmente essas comunidades. Por outro lado, as crianças interagem particularmente nas unidades familiares de produção, com relações de parentesco, sociabilidade e de aprendizagem, envolvendo o conjunto dos membros da família (em muitos casos envolvendo mais que uma geração sob o mesmo teto familiar), nas quais são (re)construídos e desempenhados papéis pelas crianças e demais integrantes do grupo



doméstico na economia familiar, muitas vezes dependendo (e questionando essa dependência) financeira e emocionalmente dos adultos. Além disso, as crianças relacionam-se também no interior da instituição escolar, comumente localizada fora da sua comunidade de origem (em muitos casos na sede das cidades), onde interagem com crianças de outras comunidades, além das que residem no espaço urbano local, como também com professores(as) e funcionários(as) da instituição escolar, que pode ser municipal ou estadual. Finalmente, as relações e interações intrageracionais envolvendo as brincadeiras e as trocas de vivências e aprendizados entre os pares.

É justamente nesse conjunto dinâmico de processos de socialização que as crianças se apropriam e interagem no mundo social, construindo objetiva e subjetivamente a sua própria identidade na relação com o outro (BERGER & LUCKMANN, 1973). Cabe salientar, no entanto, que são relações processuais que perpassam a infância de diversas formas ao longo do tempo. Nesse contexto, não podemos esperar que as crianças sejam repentinamente inseridas ou integradas na sociedade circundante, com todas as consequências nefastas ou favoráveis que isto possa acarretar, na medida em que são vários fatores conjugados interferindo nesse processo, em que as crianças, mais que serem socializadas, socializam-se ao desempenharem (e questionarem) papéis na interação com ou outros.

Enfim, o conceito de processos de socialização permite reconhecer que os atores sociais (no nosso caso, as crianças) são ativos nas relações estabelecidas nos espaços sociais que estão inseridos. Cabe salientar, no entanto, que essas interações são, em muitos casos, perpassadas por relações de hierarquia e poder que geram

desigualdades de oportunidades entre as infâncias nos diversos contextos sociais e históricos. Assim como relações conflituosas entre os gêneros e as gerações de uma mesma família, grupo social ou comunidade. Acreditamos que o conceito de socialização, assim construído, nos instrumentaliza a abordar com mais profundidade a heterogeneidade que caracteriza as comunidades rurais e a agricultura familiar, de maneira geral, e a diversidade presente entre as crianças rurais, especificamente.

### 3. REDEFINIÇÕES NOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS RURAIS

Alguns resultados principais da pesquisa indicam que ocorrem modificações significativas nos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais e na agricultura familiar especificamente. Em algumas localidades, as precárias condições sociais das famílias, a migração de jovens, a debilidade de equipamentos sociais e de espaços de sociabilidade, com implicações no ambiente cultural em que se inserem as crianças (restringindo as oportunidades de interação social intrageracional), a diminuição no número de filhos(as) e a ausência de instituições sociais atuando com crianças rurais, acarretam dificuldades nos processos de socialização dessas crianças, fato que estimula muitas delas (sobretudo na faixa etária de 13 a 14 anos) e, principalmente, as meninas, a fazer em planos visando a continuidade dos estudos e a busca de uma profissão alternativa à agricultura.

Por outro lado, persistem problemas estruturais vinculados à condição social e econômica das famílias, que ainda acarreta empobrecimento, descapitalização e sucateamento

dos equipamentos sociais comunitários, particularmente em comunidades rurais integrantes dos municípios estudados na Região Serrana. Isto pode ser ilustrado a partir das informações coletadas na pesquisa, que demonstram a falta de investimentos sociais, culturais e econômicos nessas comunidades rurais (comunicação, estradas, escolas, saúde, cultura, etc), tendo em vista a precariedade de desenvolvimento dessas municipalidades. Na realidade dos casos estudados na Região Oeste, verifica-se que nas famílias integradas às agroindústrias, em que se ampliam as exigências de escala e produtividade nos processos produtivos, há uma sobrecarga de trabalho entre os membros do grupo doméstico (inclusive nos finais de semana) que, muitas vezes, acaba afetando crianças e jovens, com implicações na sociabilidade, na autonomia, na liberdade, no tempo de lazer, etc. Esforços esses nem sempre reconhecidos e remunerados suficientemente no âmbito da família. Cabe salientar, no entanto, que, mesmo nestas condições, os pais valorizam e incentivam as crianças a se dedicarem aos estudos. Embora estas famílias apresentem rendimentos monetários mais elevados, as crianças, sobretudo as meninas, não deixam de questionar e recusar a profissão de agricultor(a), fazendo planos para ampliar a sua formação educacional e profissional e sair do meio rural. Segundo os pais entrevistados, ocorre um desestímulo das famílias devido à desvalorização da profissão de agricultor(a) na sociedade, o que faz com que eles acabem incentivando os filhos(as) a estudarem e buscar outras profissões.

Embora se verifique a proliferação de estudos conduzidos por instituições oficiais e com abordagens sistemáticas sobre a temática do trabalho infantil, muitas destas iniciativas ainda não têm reconhecido suficientemente as

crianças como sujeitos, como também pouco tem valorizado a voz das crianças, negligenciando a sua capacidade de interpretar e dar significado às suas práticas sociais, às noções que constroem em torno dos contextos em que interagem cotidianamente, que são plenos de especificidades. Nesse sentido, o entendimento do modo de vida das crianças, a compreensão dos sentidos e significados do trabalho infantil e suas implicações na socialização, nos processos de aprendizagem e na sucessão geracional na agricultura familiar necessitam ser fundamentados nas abordagens das condições sociais em que as crianças vivem, relacionam-se e re-elaboram aquilo que fazem (SARMENTO & STROPASOLAS, 2010).

Nesse sentido, antes ainda de se constituir como problemática sociológica, o trabalho infantil caracterizou-se por ser um problema social com assinalável visibilidade e repercussão pública (SARMENTO, 2009, p.1). Não é de estranhar, por consequência, que a noção de “trabalho infantil” tenha sido normalmente apresentada de forma a-problemática, isto é, como um conceito “plano”, sem complexidade nem ambiguidade: uma atividade ilegal das crianças, praticada clandestinamente e socialmente condenável. Esta conceitualização é, não obstante, contraditada permanentemente (ainda) por uma opinião pública frequentes vezes orientada para a aceitação da atividade econômica das crianças em nome da socialização, contra a “ociosidade”, e dos valores educativos do “trabalho”. Seja a visão a-problemática do “trabalho infantil” como “mal social”, seja a visão conservadora do trabalho das crianças como uma estratégia educativa, o que prevalece na noção de “trabalho infantil” é uma concepção não sociológica deste fenômeno social. A sociologização do conceito de trabalho infantil

– isto é, a análise da atividade econômica e social das crianças no quadro das relações sociais em que ela ocorre e na relação entre a estrutura e a ação social – constitui-se, por consequência, como uma tarefa de indispensável concretização e urgência.

A reprodução de padrões culturais no seio do grupo doméstico acarreta hierarquias e desigualdades de gênero e geração, em detrimento das mulheres e jovens, com implicações nas condições sociais das crianças nas comunidades rurais, sendo sentido e percebido pelas meninas já na infância, processo que acarreta a formulação de projetos de vida e profissional alternativos à agricultura e ao meio rural (STROPASOLAS, 2006; AGUIAR & STROPASOLAS, 2010).

Além do papel de formação, o ambiente escolar constitui-se em espaço de socialização para as crianças, oportunidades de interação entre os membros desse público das diversas comunidades rurais, assim como entre crianças rurais e urbanas, estando implicado nesse processo a constituição de turmas mistas, a inclusão digital, a prática de esportes, as relações de afeto, entre outros.

Para Sarmento, Soares e Tomás (2007), a ação da escola, ao mesmo tempo que pode ser influenciada pelo contexto social, opera um processo de interpretação dessas contingências, contribuindo, através da ação junto das crianças, para a reconstrução das práticas de socialização primária das crianças, nomeadamente as que decorrem dos processos de educação familiar. Assim, num contexto social popular no caso pesquisado, as comunidades rurais, a ação educativa quotidiana da escola pode contribuir poderosamente para a afirmação da cidadania da infância, por efeito da institucionalização dos direitos das crianças, de modo a

transformar algumas práticas familiares. Essa ação educativa pode ser tanto mais favorável à reconstrução dessas práticas, quanto mais se aproxime das realidades culturais das famílias de onde provêm as crianças, potenciando as virtualidades educativas dos seus saberes próprios, no sentido de os valorizar e promover.

O retorno sistemático de jovens migrantes às comunidades rurais nos finais de semana aumenta a troca e a interação de bens de consumo, informações, valores, símbolos, rurais e urbanos entre as crianças, filhos e filhas de agricultores familiares. Em decorrência dessa interação intra e intergeracional, que constitui um elemento importante nas culturas da infância rural, há uma redefinição no ambiente lúdico das comunidades rurais, com diminuição do contato com a natureza e com maior presença da televisão, do computador, da internet, dos jogos eletrônicos, das redes sociais, etc.

Observa-se nos depoimentos dos pais uma grande preocupação quanto à sucessão da propriedade, considerando a migração de parcela expressiva dos jovens e o desinteresse pela atividade agrícola em parcela significativa daqueles que permanecem nas propriedades, inclusive entre as crianças. Este fato já vem preocupando, também, as lideranças representativas do setor agrícola e os técnicos das instituições oficiais que prestam assistência às famílias.

O processo sucessório é, de maneira geral, reconhecido como a transferência de poder e de patrimônio entre as gerações que se sucedem no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a). Além da reprodução entre as gerações de um patrimônio físico, particularmente da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na ag-

ricultura familiar significa, também, a transmissão de um patrimônio histórico e socio-cultural, embora este papel nem sempre seja valorizado suficientemente pela literatura que analisa esse fenômeno social. Embora a transferência de saberes sempre tenha estado presente na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência a uma ruptura nesse processo (STROPASOLAS, 2011, p. 26-29).

Renk (1997) entende ser necessário relativizar a assertiva de Mendras (1984), pela qual o indivíduo nasce camponês e não se torna camponês. Para a autora, o indivíduo nasce na condição camponesa, no entanto, este fato não prescinde da construção social dessa condição; ou seja, a necessidade de produção social do que significa “ser agricultor(a)”, visando a sua reprodução enquanto tal. Aqui se insere o papel desempenhado pela transmissão do saber agrário, agrônômico, telúrico, do saber prático, transmitido de pai para filho, como prática pura sem teoria (BOURDIEU, 1989, p. 22).

Inserido nessa problemática da sucessão geracional, constatou-se também a diminuição progressiva da presença das crianças, sobretudo das meninas, nas atividades realizadas na “roça”; o que traz implicações importantes na prática cultural de transmissão/construção de conhecimentos vinculados à agricultura, às culturas agrícolas, entre as gerações. Esse processo resulta no distanciamento das crianças dos saberes tradicionais vinculados ao manejo das espécies vegetais e aos ciclos da natureza. As atividades intensivas de criação de animais (avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite), particularmente nas comunidades da Região Oeste, que ocupam significativamente o tempo em que algumas crianças destinam ao trabalho/ajuda aos pais, o tempo destinado ao estudo, à televisão e ao computador, a desvalorização

monetária das culturas vegetais na agricultura familiar, a diminuição no número de filhos/as, o desestímulo dos jovens em se tornar agricultores, enfim, a interação de todos esses fatores acaba influenciando nessa diminuição na transmissão dos conhecimentos agrícolas para as novas gerações. Sugere-se, enfim, a realização de novas pesquisas visando analisar as implicações que acarretam essas mudanças nos processos de formação e socialização das crianças na dinâmica de sucessão profissional e geracional na agricultura familiar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos modificações importantes nos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais e, especificamente, na agricultura familiar e no ambiente cultural em que se insere esse público, decorrentes das transformações socioculturais e econômicas que afetam a condição social das famílias rurais pesquisadas e das estratégias e planos que são formulados no cotidiano dos membros do grupo doméstico. Nesse cenário, em que se percebe que as crianças possuem um papel ativo no cotidiano da propriedade, da família e da escola, particularmente nos estratos etários superiores do público infantil, aumentam as trocas e as interações de bens de consumo, vivências, símbolos, valores culturais e expectativas entre as crianças nos diferentes espaços sociais, oportunizando o questionamento de padrões, hierarquias e costumes tradicionais, e a busca de autonomia, independência e, particularmente, de profissões alternativas à agricultura, sobretudo por parte das filhas de agricultores familiares. Tendo em vista as implicações que essas transformações trazem para o processo sucessório

da agricultura familiar, consideramos de fundamental importância que as entidades representativas e as instituições públicas que atuam nas comunidades rurais busquem aprofundar as reflexões, o conhecimento e o debate em torno da condição social da infância e os significados de ser criança na agricultura familiar, visando a inclusão das necessidades e demandas desse público nos projetos e nas políticas orientados ao mundo rural.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1º ed. v. 1, 2010.
- BELLONI, Maria L. *O que é sociologia da infância?* Autores Associados, 160 p. 2009.
- BERGER, P.L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade – tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CORSARO, W.A. *The sociology of childhood*. London: Pine Forge, 1997.
- CORSARO, W.A. *We're friends, right? : inside kids'cultures*. Washington, DC: Joseph Henry, 2003.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. *Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.
- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FRANKLIN, Bob. *The Handbook of Children's Rights. Comparative Policy and Practice*. London: Routledge, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo : Hucitec, 1993.
- MENDRAS, Henri. *La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après*. Paris, Actes Sud, 437 p., 1984.
- MINAYO, M.C.S; ASSIS, S.G; SOUZA, E.R. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 244 ps, 2005.
- MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. In: *Sociologia da Infância. Revista Educação & Sociedade*, maio/2005.
- MONTANDON, Cléopâtre. *Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em Língua Inglesa*. In: *Cadernos de Pesquisa*. n. 112. Março, 2001.
- PARSONS, T. & BALES, R.F. *Family, Socialization and Interaction Process*. Nova York: Free Press. 1955.

PLAISANCE, E. *Para uma sociologia da pequena infância*. Educação e Sociedade, vol. 5, n. 86, p. 221-241, 2004.

POLANY, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

QVORTRUP, J. *Childhood as a social phenomenon: an introduction to a series of national reports*. Vienne: European Centre, 1991.

RENK, Arlene. *A reprodução social camponesa e suas representações : O caso de Palmitos-SC*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto & STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os sentidos do trabalho infantil no campo. Travessias: *Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Braga-Portugal, N° 10, ps. 233-263, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. “O Trabalho Infantil em Portugal – da realidade social ao objecto sociológico” in M. Lisboa (Coord.), *Infância Interrompida*. Caracterização das Actividades Desenvolvidas por Crianças e Jovens em Portugal. Lisboa. Colibri (13-32), 2009.

SARMENTO, Manuel J. *Sociologia da infância: correntes e confluências*. In: Estudos da Infância. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2008.

SARMENTO, Manuel J.; SOARES, Nathalia F.; TOMÁS, Catarina. *Políticas públicas e participação infantil*. Educação, Sociedade e Culturas, n° 25: 183-206; 2007.

SARMENTO, Manuel J. *Imagens sociais e (in) visibilidade da infância*. Relatório da disciplina. Braga: Universidade do Minho, 2006.

SARMENTO, Manuel J. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. In: Sociologia da Infância: Pesquisas com crianças. Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação, Volume 26, mai/ago, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto & PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *As crianças, contextos e identidades*. Braga, Portugal, Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança, Ed. Bezerra, 1997.

SIROTA, Régine. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. In: Cadernos de Pesquisa. n. 112. Março/2001.

SIROTA, R. *L'Enfant dans La sociologie de l'éducation: um fantôme ressuscite?* Revue de l'Institut de sociologie, ½, p. 147-163, Université Libre de Bruxelles, 1994.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar*. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, Vol. 8, n° 1, p. 26-29, março-2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 236 p, 2006.